

REVISTA DE CIÊNCIAS VETERINÁRIAS

FUNDADOR — J. V. PAULA NOGUEIRA

DIRECTOR — A. TABORDA DUARTE

EDITOR — J. M. PEREIRA JÚNIOR

CDU 636.2:637.1(1969.8)

A BOVINICULTURA MADEIRENSE E A REORGANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DOS LACTICÍNIOS DA MADEIRA (*)

*por**MANUEL ROMÃO BOAVIDA**Médico-Veterinário da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários*

1 — Porque dediquei quase oito anos da minha vida profissional ao serviço da pecuária da Ilha da Madeira, debruço-me sempre sobre os seus problemas com a maior atenção e o mais vivo interesse.

Derivou esta propensão do meu espírito de dois factores: um, de natureza estritamente profissional; o outro, posso filiá-lo no sentimento de admiração, de respeito e de simpatia, justamente inspirado pelo agricultor madeirense, através daquele período de actividade vivido em mútuo e permanente contacto.

Volto a aflorar, portanto, um assunto duplamente grato: por curiosidade profissional e por espírito de humano interesse pelo abnegado e estoico obreiro de uma das mais lindas terras do mundo, rincão bem português, onde vive, sofre, labuta, ama, canta e morre gente de rija ténpera à qual dedico um afecto muito sincero.

Penso credenciar-me, assim, aos olhos dos ilustres Colegas presentes, com títulos bastantemente capazes de acreditarem as minhas rectas inten-

(*) Conferência proferida na Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias em 2/3/1961.

Madeira não colhe como argumento válido para descurarmos o problema rural: antes nos incentiva a resolvê-lo, com redobradas razões.

Seria lamentável deixar perder à Ilha a sua alma, os seus pergaminhos de terra de trabalhadores estrénuos, na mira fantasiosa de esperar do turismo a resolução de todos os seus problemas. Até porque nem vemos como...

O turismo será a principal fonte de riqueza do Arquipélago, mas não a única. Deixemo-lo, portanto, entregue a quem de direito e vamos nós cuidar da fazenda.

4 — O arquipélago madeirense terá, quando muito, uns escassos 790 km² de superfície e uma população de perto de 300 000 habitantes.

A evolução numérica dos seus efectivos pecuários patenteia-se neste quadro de elementos estatísticos referentes a vários anos, cujos limites superior e inferior demarcam um século.

QUADRO I

Ano	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Suínos	Cabeças naturais	Cabeças normais
1851	20 917	90 403	86 686	19 667	217 673	41 933
1873	21 720	16 150	18 210	23 510	79 590	30 721
1893	28 417	28 417	18 604	34 230	109 668	42 248
1934	22 874	9 397	13 597	14 106	60 074	28 500
1940	28 867	16 664	20 118	16 462	82 105	36 320
1950	34 246	26 000	20 118	23 046	103 410	44 199
1955	31 525	18 446	12 503	29 752	92 226	41 776
1959	28 000	15 000	10 000	31 000	77 000	38 023

Ao relacionarmos estes números — alguns dos quais colhidos por estimativa e nem todos correspondendo, por certo, à realidade — com vários factores dignos de interesse, elaborámos este outro quadro:

QUADRO II

Ano	População	Cab. normais	Índice bovino	Cab. normais	Cab. normais 1000 habitantes
		Cab. naturais		Superfície	
1851	110 340	1/5,1	1/9,4	53	380
1873	120 000	1/2,59	1/2,6	38	256
1893	135 000	1/2,59	1/2,8	53	312
1934	220 000	1/2,17	1/2,8	36	129
1940	249 771	1/2,26	1/1,8	46	145
1950	269 000	1/2,33	1/1,9	55	164
1955	280 000	1/2,20	1/2,8	52	149
1959	290 000	1/2,02	1/2,7	48	131

Da leitura destes elementos, ressaltam os seguintes dados:

É de 48 o número de cabeças normais por km².

Se em 1851 cabiam 380 cabeças normais a cada grupo de mil habitantes, hoje apenas correspondem, a idêntico grupo populacional, 131!

Destes dados pode extrair-se uma conclusão:

A Madeira acusa grande densidade pecuária mas, comparativamente, regista muito maior densidade demográfica.

Na verdade, a pecuração não tem acompanhado o aumento populacional, antes involucionou: a um acréscimo demográfico de 162,8 % correspondeu, no dobar deste século, um decréscimo de efectivos de 64,6 % em cabeças naturais e de 9,3 % em cabeças normais.

Embora se nos afigure despiciendo, não resistimos à tentação de comparar. Para isso, esboçámos o seguinte e imperfeito quadro:

QUADRO III

País	Ano	Cabeças normais	Cabeças normais
		Superfície	1000 habitantes
Dinamarca	1952	102,0	1010
Suíça	1952	51,0	440
Espanha	1950	22,0	330
Portugal Continental ...	1940	22,0	270
Holanda	1952	103,0	350
França	1952	39,0	500
Itália	1952	41,0	270
Bélgica	1952	91,0	320
MADEIRA	1959	48,0	131

Além de outras inferências, pode verificar-se como a pecuária madeirense gravita em redor do bovino, como se depreende dos dois primeiros quadros.

Por conseguinte, neste apanhado de considerações, vamos referir-nos a alguns aspectos da bovinicultura madeirense.

5 — Na Ilha da Madeira, retalhada, dividida, pulverizada, a micro-propriedade é de regra. Quem percorrer a Ilha de ponta a ponta, sentir-se-á tentado a compará-la a uma manta de retalhos, salpicada aqui e acolá pela mancha pardacenta dos palheiros. Dentro destes, perpétua-mente enclausurada, vegeta a vaca. Poucos visitantes terão oportunidade de, quando em passeio, ver um só bovino, tão recatadamente ele é explorado!

O numeroso efectivo é alimentado, de modo genérico, com os restos das explorações agrícolas, constituídos, em grande parte, pela folha de

cana sacarina, por caules de bananeira, por rama de batata doce e pelas ervas espontâneas que tufam os valados, irrompem das ravinas, marginam os cursos de água e brotam em todos os resquícios de terreno onde se não produzem alimentos ditos primários.

As farinhas alimentares escasseiam e outro tanto sucede com as palhas, sendo, além disso, umas e outras bastante caras e adquiridas, por conseguinte, à custa de grandes sacrifícios.

Deste modo, os bovinos são, forçosamente, mal alimentados.

Não obstante, encontram-se erigidos à categoria de mantenedores de uma indústria de lacticínios, considerada, no seu todo, como uma das mais representativas fontes de riqueza do Arquipelago.

Vale a pena acompanhar, mesmo a traços largos e em grosseiro bosquejo, a evolução da bovinicultura madeirense para aquilatar da exequibilidade desta indústria na Ilha. Podemos, para o efeito, dividir em três fases a história curiosa dessa evolução cujo conhecimento, parece-me, é susceptível de fornecer elementos de estudo dignos de apreço.

Com a ocupação da Ilha pelos primitivos povoadores, foram introduzidos bovinos continentais. Era política seguida pelo Infante D. Henrique o prover ao povoamento pecuário, em simultaneidade com o humano, em certas terras descobertas na rota de Prestes João.

Viviam em liberdade esses primeiros bovinos, até porque nunca houve na Madeira, animais ferozes ou peçonhentos; e os madeirenses limitavam-se a consumir-lhes a carne e a despojá-los dos couros.

Quanto ao leite, tinham nojo dele, não lhes interessava e chegavam, mesmo em tempos não muito recuados, a usar dos processos mais bárbaros para suspender a secreção mamária.

Com o rodar dos anos, registam-se, de onde em onde, tentativas esporádicas de melhoramento animal, feitas à trouxe-mouxe, ao sabor do capricho ocasional de indivíduos viajados, os quais adquiriam no estrangeiro exemplares das raças mais diferentes, para os cruzarem com os da indígena.

Esses cruzamentos, sucessivamente realizados, conduzem, em certa altura, à formação de um grupo de bovinos, o qual passa a ser conhecido por «gado inglês», a distinguir-se do integrado pelos autóctones, englobados na designação de «gado da terra».

O gado inglês, por mais precoce, mais corpulento e, portanto, capaz de fornecer mais carne e maiores couros, passa a ter a preferência do madeirense.

Mas a perda de rusticidade sofrida pelos cruzados e a necessidade, cada dia mais premente, de obter estrumes, conduziram à adopção de novos hábitos de exploração bovina. Passam as vacas de manadias a estabuladas, iniciando-se uma longa era de clausura para os bovinos da Madeira.

Já no final do século passado, o industrial Adolfo Burnay instala uma pequena fábrica de manteiga no Santo da Serra, para laborar o leite

das suas vacas. Desejando dilatar a indústria, começa, a breve trecho, a pagar, a 20 réis o litro, todo o leite das explorações vizinhas. Alteram-se, de novo os hábitos do bovinicultor. No fundo, a mola real destas modificações profundas nos costumes das gentes é sempre a mesma: o interesse material. Esse não conhece entraves e perante a sua solicitação não há rotinas prevalecentes.

A súbita valorização de um produto até aí desaproveitado, ou apenas aproveitado em reduzida escala, levou, em pouco tempo, toda a Ilha a lançar-se na produção de leite.

Por toda a parte se erguem fábricas; os postos de desnatação pululam. É uma autêntica corrida para este novo El-Dorado, a fluir, tentadoramente, dos úberes das vacas.

E assim nasceu a nova era: a da indústria dos lacticínios da Madeira.

Crescendo o ritmo da produção, a manteiga madeirense conquista o mercado continental, ganha fama pelo seu aspecto e sapidez. Torna-se mais doloroso o calvário da mísera vaca. Mas quem atenta nisso? A conquista do leite leva os homens a degladiarem-se. Multiplicam-se os industriais. Estes, para obterem leite, trazem os produtores nas palminhas. A posse de uma vaca é o sonho de todo o rural madeirense.

A poesia popular canta a vaca:

Eu sou um vilão da serra
e sou um velho gaiteiro
tenho casa e fazenda
e uma vaca no palheiro!

Aumentam as parcerias: quem não pode ter vaca sua, cria a de terceiros. E assim floresce a indústria e assim mergulha no caos da mais desenfreada disciplina.

O fervilhar da paixão competitiva estabelecida entre os industriais leva o Governo a tentar pôr-lhes cobro. Cria-se, então, a Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira, mais tarde designada por Junta dos Lacticínios da Madeira. A fase actual inicia-se com a criação daquele Organismo de Coordenação Económica, ao presente com perto de 25 anos de existência.

O arrolamento de 1955 consigna o maior efectivo bovino de todos os tempos. Se exceptuarmos algumas centenas de animais empregados em modo de força, os bovinos madeirenses continuam propostos à função leiteira.

No entanto, a produção de leite tem decrescido nos últimos anos, registando-se uma quebra de cerca de 8,2 % de 1952 a 1959!

Observado o fenómeno, pretendeu-se explicá-lo, de início, como manifestação de crise de carácter cíclico, frequentemente observável em matéria de produção leiteira. Mais tarde, porém, entendeu-se filiá-lo na

emigração do rural para o estrangeiro, em certas restrições impostas pelos trabalhos de repovoamento florestal, no desenvolvimento das obras de aproveitamento hidro-eléctrico e noutras causas de somenos importância. Embora os argumentos invocados se afigurassem tentadores e elementarmente defensáveis, a explicação correcta é extraordinariamente mais simples, parece-nos: o baixo preço do leite e a exígua produtividade da vaca madeirense constituem, em nosso entender, as principais razões da progressiva tendência de abandono de uma exploração que deixou de ser lucrativa para se tornar prejudicial.

Reunimos no seguinte quadro os elementos respeitantes à evolução da produção leiteira, desde que foi criada a Junta dos Lacticínios da Madeira até ao ano de 1959:

QUADRO IV

Anos	Leite destinado ao fabrico de: (em litros)	
	Manteiga	Queijo
1937	17 037 388	173 207
1938	17 127 736	215 432
1939	17 237 020	255 282
1940	17 571 365	216 756
1941	18 532 547	215 921
1942	18 599 709	203 649
1943	18 163 918	214 700
1944	17 801 360	180 298
1945	16 911 407	165 542
1946	17 211 345	122 038
1947	16 466 726	108 668
1948	16 370 931	115 656
1949	17 832 781	133 281
1950	18 107 115	96 396
1951	18 445 633	99 807
1952	18 937 066	76 304
1953	18 471 791	69 165
1954	18 064 569	44 484
1955	17 259 593	37 295
1956	17 172 726	37 472
1957	16 716 676	40 173
1958	15 907 042	46 149
1959	15 770 288	33 234

A estas quantidades de leite corresponderam, nos últimos doze anos, as seguintes produções de manteiga e de queijo:

QUADRO V

Anos	Manteiga kg	Queijo kg
1948	832 012	10 858
1949	916 782	12 262
1950	929 499	9 019
1951	938 391	9 174
1952	864 341	6 919
1953	945 145	6 353
1954	925 329	4 043
1955	880 191	3 429
1956	880 432	3 421
1957	853 610	3 719
1958	806 275	4 181
1959	805 374	3 046

O escoamento da manteiga, pelos diferentes mercados de consumo, processou-se da seguinte forma:

QUADRO VI

Anos	Mercado local	Mercado continental	Mercado ultramarino	Navegação
1948	365 985	168 845	289 245	17 436
1949	308 328	413 985	180 091	15 194
1950	335 446	311 589	275 045	7 083
1951	357 579	338 755	231 918	17 190
1952	371 409	212 685	269 900	14 140
1953	375 047	172 326	387 801	8 520
1954	369 290 (a)	121 237	426 504	6 330
1955	383 245 (a)	49 297	468 782	7 180
1956	403 223 (a)	35 138	455 793	8 790
1957	399 921 (a)	0	484 652	9 750
1958	401 635 (a)	0	462 876	6 415
1959	404 988 (a)	0	463 092	7 410

(a) Incluídas as quantidades de manteiga importada dos Açores, constantes do quadro n.º X.

6. — Na presente conjuntura, a exploração bovina atravessa uma crise como jamais conheceu outra igual.

A um exame aprofundado, esse facto parece realmente derivar da concorrência de duas circunstâncias principais: a fraca produtividade unitária do mestiço madeirense e o baixo preço porque é pago o leite. Mas outras há, como veremos, adjuvantes.

As vacas de hoje, não obstante a já longa tradição da indústria leiteira, produzem tão pouco leite quanto o das suas ascendentes do final do século XIX: uma média diária inferior a 4 litros!

E como o produto da venda do leite, em termos simples, é função de duas variáveis: a quantidade vendida e o preço de venda, é fácil de concluir, em face da mesquinhez de ambas, que a situação do bovinicultor não é, positivamente brilhante.

O preço do leite, relacionado com o da carne e com o da própria vaca, abastardou-se, sobremaneira, se o compararmos com o do início da era burnayana.

Em 1894, com o produto da venda de 1857 litros de leite comprava-se uma boa vaca, em franca produção. Hoje, para efectuar compra semelhante é necessário vender, no mínimo, 5128 litros! Mas com o produto da venda de igual quantidade de carne, compra-se, hoje, uma vaca de idêntico valor.

O preço do leite também não acompanhou o dos salários, o dos géneros de primeira necessidade, o das rações e ainda tem de cobrir despesas outrora inexistentes.

Deste modo, esta indústria, dantes lucrativa, dá actualmente, em si, prejuízo ao bovinicultor. Bem se sabe quão difícil é estabelecer o custo de produção do leite, mórmente em explorações como as da Madeira. Mas se considerarmos, apenas, o trabalho investido, especificamente, na produção de leite, este não paga, sequer, o trabalho que dá.

Daí, a quebra de produção observada.

Pude estabelecer um gráfico comparativo com os elementos da evolução do preço do leite e os referentes à dos abates e cheguei a esta conclusão: a dança dos preços do leite desorientou os criadores, desencorajou-os e conduziu-os ao estado de desânimo actual.

No quadro seguinte, regista-se a sarabanda dos preços de litro de leite:

QUADRO VII

Anos	Preço do litro de leite para manteiga
1936	\$45,0
1937 e 38	\$44,0
1939	\$35,0

Anos	Preço do litro de leite para manteiga
1940	\$39,0
1941	\$55,0
1942	\$61,5
1943	\$67,4
1944	\$78,5
1945	\$89,1
1946 a 48	\$90,0
1949 a 53	1\$20,0
1954	1\$12,4
1955	1\$03,3
1956	1\$08,4
1957 a 59	1\$17,5

Ora, com produções médias de menos de 4 litros diários, pagos a estes baixos e instáveis preços, como pode esperar-se que os criadores se sintam seguros?

Tem-se invocado, à guisa de desculpa discretamente disfarçada, a necessidade premente de produzir estrume para justificar a produção de leite na Madeira. A esse raciocínio opomos esta interrogação: uma vaca, para estrumar terras, há-de ser, necessariamente, leiteira?

Nós, os veterinários, sentimos por esse líquido complexo, a que a natureza deu a alvura das coisas puras, o maior respeito, para o colocarmos, na escala das produções, abaixo do estêrco.

A exploração dos bovinos madeirenses enferma, em identidade com a da terra, do defeito de ser minifundista. 1,6 bovinos por manifestante, pouco mais ou menos uma vaca leiteira por casal, constitui um problema sério, perante o qual vai esbarrar quem se proponha conseguir leite higiénico. Esta última expressão, propositadamente pleonástica, é empregada para não deixar dúvidas: quando falamos de leite, referimo-nos, sempre, ao leite higiénico, porque o outro não é leite. Ora, obter leite, a massa de matéria-prima suficiente para alimentar uma indústria de lacticínios, é uma tarefa quase inacessível quando ocorrem circunstâncias como as caracterizantes da produção madeirense actual.

As condições económicas da produção não constituem, de forma alguma, terreno propício à receptividade e aceitação das normas elementares de higiene. A dispersão estabular, a orografia acidentadíssima da Ilha, as deficiências quantitativas e qualitativas das forragens, o atraso da população rural, a mediocridade ou inexistência de vias de acesso capazes de garantirem o emprego da viação acelerada, tudo são contras. E preciso contar com eles.

7 — A manteiga da Madeira tem reduzido poder de conservação e se o tivesse dilatado seria caso de pensar-se num milagre. Então a Madeira, terra de lacticínios e como tal conhecida, não tem condições para produzir lacticínios?

Com a actual estrutura, não tem.

Uma produção leiteira, devidamente orientada no sentido de constituir-se em indústria — falo tanto do leite para ser consumido em natureza como do industrial — tem as suas implicações.

O leite deve, até por exigência legal, provir de vacas saudáveis, bem alimentadas e convenientemente alojadas.

A sanidade dos bovinos madeirenses é de muito difícil prospecção — melhor diria de quase impossível prospecção — para grande parte deles.

Essa dificuldade deriva da mesma pulverização dos estábulos, da existência média de um único animal por palheiro, da, por vezes, quase inacessibilidade ao mesmo — ou do animal aos locais de concentração — e, ainda, das enormes despesas originadas por uma campanha sanitária realizada na Madeira.

Assim, as campanhas têm-se feito, mas são caras, morosas e exigem, quer da parte dos criadores e do gado quer da do pessoal nelas utilizado, sacrifícios pesados e um esforço quase inumano. E embora o tributo pago pelo bovino madeirense às doenças do foro infecto-contagioso seja modesto — algum bem havia de resultar da disseminação dos estábulos — outro tanto não sucede com as parasitoses de que o tratador é, por via de regra, veículo inconsciente mas solícito, e com as doenças carenciais, resultantes da pobreza alimentar, por um lado, e da falta de higiene, por outro. Esta, por sua vez, está na base da elevada incidência de mastites observável.

O estábulo — prisão perpétua — serve de niteira, cumulativamente; nele se acama o estrume e lá não entra o ar porque podem entrar, também, as moscas. Por esta razão, todas as frinchas são colmatadas com ervas ou trapos e vale como autêntico prodígio de apego à vida — ou de incongruência biológica — o facto de um animal, nestas circunstâncias, viver, segregar leite, dar crias e, ainda por cima, deitar, quando abatido, as suas 9 arrobas de carne!

Quanto à higiene do leite obtido em tais estábulos não será difícil avaliar qual seja: mungido em semelhante ambiente, por quem esteja habituado a nele permanecer enquanto dura a ordenha, com a mais inócua ignorância das regras higiénicas ou o maior dos desinteresses em cumprir preceitos cuja prática não lhe garante qualquer acréscimo de compensação, só por acaso corresponderá ao lícitamente exigível!

Apesar de todos os conselhos, mesmo à custa de uma perniciosa campanha de melhoramento da qualidade higiénica do leite, como será possível conseguir-se, em semelhantes circunstâncias, uma quantidade de matéria-prima assaz volumosa para servir de sustentáculo sério a uma indústria?

E se puder obter-se, quanto vem a custar?

Não pertenço, nem por temperamento nem por raciocínio, à coorte cuja bandeira simboliza o rastelismo, esse abúlico «não vale a pena» dos fatigados ou dos desiludidos. Preocupo-me, sim, em refrear quanto posso os impulsos dos primeiros entusiasmos para os submeter à clivagem da meditação.

E sobre este assunto tenho pensado muito.

Seria ideal conseguir-se, sem bulir na estrutura presente, uma produção de leite susceptível de satisfazer as exigências legítimas de uma indústria que sobre ser riqueza é tradição.

Mas isso é impossível. Torna-se indispensável estabelecer uma orgânica orientadora, uma acção contínua, persistente e sagaz, onde um bem montado serviço de vulgarização deverá desempenhar um papel decisivo. Já se deixa antever como um tal serviço terá a seu cargo uma tarefa pesada, cheia de escolhos, à qual corresponderá, inglòriamente, um rendimento mínimo. E que fazer vulgarização esparsa é mais caro, é mais difícil, é menos proveitoso do que fazê-la em núcleos maciços: rendem menos, naquelas condições, as palavras, as demonstrações e os investimentos.

Por outro lado, o bovinicultor madeirense revestiu-se de uma capa protectora, por detrás da qual espreita, com desconfiança, quase com hostilidade, qualquer movimento inabitual. Essa desconfiança, aliás, é justificável e temos obrigação de o reconhecer. Queremos com isto significar: até para lhe fazer bem, é necessário agir com cuidado, inteligência e tacto.

Devemos considerar a Madeira, no respeitante à sua bovinicultura, como um doente sèriamente atingido, tornando-se indispensável usar da maior cautela tanto com a doença como com os remédios a utilizar.

8 — A Madeira não produz, a partir dos seus bovinos, nem carne nem leite em quantidade suficiente para facultar aos seus habitantes capitações razoáveis. Com efeito, o ano de 1958 registou o maior número de abates de bovinos de toda a década precedente. Para a totalidade de carne consumida, a espécie bovina contribuiu com 83,4 % do peso dessa carne; as capitações de consumo deste produto variaram, segundo os concelhos, de 1,100 kg a 8,300 kg por ano/habitante.

Com referência, exclusivamente, à cidade do Funchal, pode fazer-se uma ideia da forma como o seu abastecimento cárneo tem evoluído, através do seguinte quadro:

QUADRO VIII

Anos	Carne bovina (kg)	População	Capitação
1890	618 445	18 778	32,9
1958	610 459 (1)	100 000	6,1

Enquanto o efectivo cresceu, no decurso deste século, estacionou a produtividade unitária para o leite e decresceu a de carne. Pelo menos, as médias obtidas no Matadouro do Funchal baixaram bastante:

QUADRO IX

Anos	Médias de peso
1889	112,6
1890	103,9
1891	104,2
1892	110,2
1893	113,4
1894	118,0
<i>Média do hexénio</i>	110,4
1952	77,1
1953	79,5
1954	80,6
1955	80,9
1956	97,7
1957	99,3
<i>Média do hexénio</i>	85,9
Diferença para menos ...	24,5

9 — É lamentável dizê-lo mas, de duas, uma: ou não se fez melhoramento animal na Madeira, de há cem anos para cá, ou fez-se, mas ao contrário!

A moderna corrente de estudos, em matéria de melhoramento zootécnico, dá muito menos valor do que dantes aos métodos clàssicamente empregados. É o meio que hoje importa melhorar, dada a sua decisiva influência nos resultados a conseguir. Neste aspecto, a alimentação desem-

(1) Nestes 610 459 kg de carne incluem-se 245 693 kg de carne obtida de 1043 bovinos importados dos Açores. Se considerássemos, exclusivamente — e em igualdade de circunstâncias com o ocorrido em 1890 —, a carne dos bovinos madeirenses, a capitação baixaria para 3,650 kg, isto é, para uma décima parte da de 1890.

penha o papel principal. Como já vimos, a alimentação dos bovinos madeirenses é deficiente, como o atestam, até, as doenças carenciais, cuja casuística é impressionante. Provavelmente, a extraordinária incidência de parasitoses está, também, relacionada com a penúria alimentar. O meio é, portanto, manifestamente hostil à criação de gado e, para o modificar apreciavelmente, torna-se necessário intensificar a correcção dos solos — demasiado ácidos e deficientes de cálcio. Mas se sobre os solos já se tem exercido alguma influência, pelo emprego, cada vez mais generalizado, dos adubos químicos, indispensáveis à vida vegetal, sobre o animal, mesmo à moda antiga, pouco ou nada se tem feito.

Neste capítulo, os erros acumularam-se — e persiste-se neles com uma pertinácia desconcertante.

Vale a pena focar alguns aspectos.

Devem existir, na Madeira, cerca de duzentos postos de cobrição.

Esses postos foram distribuídos pela Ilha e entregues a concessionários — donos ou tratadores dos animais neles explorados. Desta forma, o melhoramento da espécie está, desde logo, na dependência de um jogo de interesses antagónicos: o do proprietário do touro e o dos donos das vacas. O touro, devidamente aprovado pelos serviços oficiais, garante ao concessionário um rendimento resultante do somatório das cobranças dos saltos e da carne despejada no matadouro. Com vista a esta última parcela, mal o reprodutor atinge o grau cevatriz considerado económico, entra o concessionário a assediá-lo os serviços acusando o animal de arisco, de pesado, de apático ou, mesmo, de agressor. Enfim, trata-lhe do passaporte para o matadouro e sempre acaba por metê-lo à faca!

Não quer saber, evidentemente, de considerações zootécnicas, não lhe interessa verificar se o touro é bom ou mau, nem lhe dá tempo para se revelar e, nestas condições, falar em «progeny-test» pode considerar-se uma manifestação de delírio.

Abatido o macho, o concessionário substitui-o por um bezerrote, vai cobrando os preços dos saltos e trata de o engordar. O lucro do homem está em utilizar como reprodutor um animal de ceva.

Este, o melhoramento por parte do touro e seu dono.

Para não lhe ficar atrás, o produzido por banda do proprietário das vacas tem sido este: chega a mandá-las cobrir aos 9 meses, ableita as crias aos 11 dias e remete-as logo ao matadouro onde rendem, em média, 20 kg de carne, ou desmama-as aos 20 dias, quando se propõe recriá-las, passando a dar-lhes erva logo a seguir.

Os magarefes resumem a situação, dizendo:

«— Desta maneira, as resinhas ficam com os ossinhos entaladinhos e por isso o gado não presta para nada».

Entretanto a Ilha, que come carne, quando pode, importa-a dos Açores, e ultimamente passou a consumir carne congelada remetida de Lisboa.

E quanto à manteiga, também a importa, como importa o queijo.

QUADRO X

Importação de manteiga dos Açores

Anos	Quilogramas
1954	3 000
1955	31 925
1956	17 100
1957	42 520
1958	64 560
1959	63 460

Em relação ao queijo, a Madeira fabricou, em 1949, 12 262 kg, mas em 1959 fez, apenas, 3016 kg. E, só no ano de 1957, importou do Continente e dos Açores 91 780 kg pelos quais pagou 2066 contos!

10 — Não só tem faltado à lavoura madeirense o estímulo de produzir mas tem-se procedido para com ela de modo a desencorajá-la de se dedicar, com interesse, à bovinicultura.

Queixam-se os madeirenses, e com razão, da escassez de carne. Acentua-se cada vez mais, a falta de leite.

Em nossa opinião, torna-se absolutamente indispensável rever a forma como se vem praticando a política de abates dos bovinos, aliviando de taxas que se nos afiguram demasiado pesadas a lavoura madeirense.

De resto, para se avaliar a extraordinária debilidade económica caracterizante da exploração leiteira das vacas naquela nossa Ilha Atlântica, talvez nos baste afirmar que a proporção entre o preço do leite destinado à indústria e o da carne com 25 % de osso, referidos às unidades usuais de medida e de peso, é de 1 : 10!

A este respeito ainda, devemos repetir que se acentuou, nos últimos 60 anos, a desvalorização do leite não só em relação ao preço do animal produtor mas também ao da carne.

E nestas condições chega a causar espanto a teimosia ou o poder de resistência dos bovinicultores da Madeira, que, tendo dado sobejas provas da sua capacidade de trabalho frente à terra hostil, continuam a dá-las perante as arremetidas de uma economia insustentável.

11 — O relato destes factos e o pensamento por eles sugerido assumem o significado de uma mensagem, honestamente trazida a esta casa.

Nós temo-nos dedicado, inteiramente, com firme determinação e fogoso entusiasmo ao estudo, à actividade construtiva, à acção missionária, num sector importante da vida económica e social da Nação. Temos a plena consciência dessa importância e sentimo-nos solicitados pela impe-

riosa necessidade de pretendermos mais e melhor, sobretudo onde houver menos e pior.

Ora se a Madeira precisa de ter gados para produzir carne e leite de que necessita, por que não há-de tê-los e explorá-los de forma a não serem causa de prejuízos, de desorientação, de desespero, mas de lucro, de operosidade, de bem-estar? Não será doloroso para a nossa sensibilidade, para o nosso brio, verificar como ainda não soubemos encontrar o caminho, aliás tão ansiosamente buscado, porque vamos às cegas, porque não nos damos ao trabalho de abrir os olhos?

Não será preciso ser-se imoderadamente eclético nem excessivamente ambicioso para concluir, em face da observação do panorama pecuário da Madeira, cinematograficamente entrevisto, como ele é lastimável e, conseqüentemente, passível de melhoramento.

Durante a nossa permanência naquela Ilha, habituámo-nos aos queixumes do bovinicultor, cujas reacções vêm exprimindo a desorientação em que mergulhou: se até já há quem substitua as vacas por ovelhas estabuladas!

Deste modo, tornou-se para nós imperativo de consciência, profissional e humana, a busca de uma solução capaz de, a um tempo, servir os interesses do rural e da Ilha e salvaguardar a posição que, como veterinários, nos cumpre ocupar em face da conjuntura.

Permitimo-nos, assim, fazer algumas sugestões, de parte das quais aqui damos conta.

12 — A Reorganização da Indústria dos Lacticínios da Madeira, recentemente decretada, oferece-nos mais uma oportunidade de impulsionar o melhoramento da bovinicultura madeirense, em termos de a constituir em sólido suporte da referida indústria.

A velha indústria tem-se dedicado — quase exclusivamente — ao fabrico de manteiga, lacticínio pobre que não dá ensanchas de desafogo, nem ao sector industrial nem ao da produção. Produz, apenas, manteiga e leite desnatado. Aquela, é absorvida, em partes sensivelmente iguais, pelo mercado local e pelos ultramarinos — e por estes à sombra de uma protecção que confere ao escoamento da manteiga um carácter aleatório. O leite desnatado destina-se à alimentação de suínos. Esta utilização, do agrado do criador madeirense, constitui, dizem, uma apreciável fonte de receita para a lavoura, mas sempre me quis parecer que, nessas condições, a unidade forraginosa atinge preço exorbitante e tal prática equivale a «lançar pérolas a porcos».

Grandes transformações é necessário operar na bovinicultura madeirense.

Devemos, por isso, contar com todos os factores susceptíveis de influir na consecução do louvável objectivo proposto.

Entre os mais avulta o factor humano.

O povo madeirense fez no passado e tem feito sempre prova de quanto pode a sua capacidade realizadora. Toda a Ilha é um documento vivo, eloquente, de tenacidade, do espírito de sacrifício, da abnegação, da heroicidade do rural ilheu. Ele fez da terra inóspita, agreste, selvagem, um documento de trabalho que em qualquer parte do mundo constitui um diploma de superior afirmação humana. O madeirense erigiu os poios, rasgou as levadas e chega a fabricar, mesmo, a própria terra. Se fez o mais, eu não duvido da sua capacidade de conseguir o menos. Pode-se, portanto, contar com ele.

Mas não se lhe exijam muitos mais sacrifícios onde um elementar espírito de justiça impõe procedimento inverso: devemos auxiliá-lo a construir um futuro no qual estamos empenhados. Por diversas vias se pode dar corpo a esse auxílio.

Se é indispensável melhorar a bovinicultura — base de uma indústria que se pretende agora incrementar — havemos de proporcionar ao criador madeirense condições para se lançar com segurança e entusiasmo nesse labor.

Do que ele necessita, para o efeito, é de um conjunto de providências com as quais sempre sonhámos. Parecem-nos fáceis de estabelecer. Em linhas gerais, consubstanciam-se nos seguintes pontos:

- 1 — Estudo das possibilidades de emparcelamento, com vista ao estabelecimento de unidades economicamente exequíveis;
- 2 — Incremento da produção forrageira em determinadas zonas, de extensão variável, até aqui inaproveitadas. Nalgumas delas, poder-se-ia implantar o regime de estabulação livre, a título experimental;
- 3 — Facilidades de importação de alimentos para serem postos à disposição da lavoura, nas melhores condições de preço e de comodidade de aquisição;
- 4 — Intensificação da campanha de correcção do solo e emprego generalizado de correctivos minerais nas rações;
- 5 — Instalação de um Posto Zootécnico, de subpostos e de explorações-piloto em diversas zonas da Ilha;
- 6 — Utilização de reprodutores em regime de propriedade comum;
- 7 — Proibição provisória do abate precoce de vitelos;
- 8 — Estudo da viabilidade do funcionamento dos Centros de inseminação artificial;
- 9 — Instituição da modalidade de pagamento do leite pela qualidade higiénica e da carne por categorias;
- 10 — Redução, a proporções comportáveis e justas, das taxas e alvalas que oneram a produção;
- 11 — Estudo da instalação económica de matadouros e talhos;
- 12 — Estabelecimento de uma rede de assistência veterinária capaz de garantir uma boa eficiência de serviços;

- 13 — Colocar na dependência de uma única entidade — a Junta-Geral do Distrito, em estreita ligação com a D. G. S. P. — todos os serviços relacionados com a exploração pecuária;
- 14 — Alargar, para o efeito, o quadro do pessoal da Intendência de Pecuária.

Creemos ter dado, assim, embora fugidamente, uma ideia do panorama actual da bovinicultura madeirense. Oxalá o tivéssemos feito de molde a suscitar o interesse dos Ilustres Colegas presentes.

A Madeira merece, a todos os títulos, a nossa gratidão e o nosso carinho. Mais: merece ocupar, no concerto económico e social da Nação, o lugar a que aspira e é de justiça atribuir-lhe.

Ao afirmá-lo, cumpro um dever de patriotismo e obedeço aos impulsos de uma consciência profissional e humana que sente pela Madeira e pelos madeirenses um affecto não destituído de orgulho.

Explico porquê.

Em quem não seja, de todo em todo, destituído de sensibilidade, a Madeira exerce, logo de entrada, uma impressão de deslumbramento, de fascínio.

A beleza do seu colorido, a exuberância da sua vegetação agressivamente magnífica, o seu perfil convulsionado, perturbam-nos os sentidos.

Mas quando consideramos o portentoso trabalho do homem, impresso na terra em dedadas de gigante, subindo, numa ânsia de infinito, desde a franja do mar até aos cumes perdidos nas nuvens, o sentimento predominante é o da admiração por esse rústico modesto e teimoso que conseguiu a maravilha de fazer na Terra um paraíso! Por isso o respeitamos, por isso lhe estamos gratos: ele ajudou a construir Portugal, porque das suas mãos saiu uma parcela amorável e linda deste jardim da Europa, de que a Madeira é um dos mais enternecedores canteiros.

Pois também não se esgotou lá a possibilidade, já não digo de aumentar substancialmente os efectivos, mas de melhorar a produtividade «per capita».

O mais sólido argumento que é lícito invocar em favor da minha tese é consequentemente do baixo quilate do gado ora explorado.

As probabilidades de triunfo são tanto maiores quanto mais afastada estiver de um padrão razoável a produtividade actual.

É este o caso.

A Madeira oferece-nos, assim, perante a Reorganização da sua indústria de lacticínios, um vasto terreno a requerer trabalho fecundo, interessado, honesto e entusiasticamente acometido.

Não poderia, neste momento, deixar de render o preito das minhas homenagens e da minha maior gratidão a todos quantos têm colocado ao serviço da pecuária madeirense o seu saber, a sua inteligência e o melhor de si mesmos.

Mortos, uns, vivos outros, felizmente, para eles vai, nesta altura, o meu pensamento, o pensamento de quem, intimamente convencido de que pode ser um pouco útil, jamais deixará de contribuir, embora com achegas modestas, para que a Madeira, para que Portugal, continuem no mundo a sua missão de honradez, de nobreza e de dignidade.

RESUMO

Os efectivos pecuários da Madeira não satisfazem, nem quantitativa nem qualitativamente, as necessidades da sua população.

É sobretudo para o incremento da produtividade unitária que urge realizar os maiores esforços.

Para isso, há que desenvolver uma política de intensificação da produção forrageira, conceder facilidades à lavoura no sentido de lhe facultar a aquisição de rações, instalar na Ilha um Posto Zootécnico e disciplinar os postos de cobrição.

Por outro lado, impõe-se uma redução das taxas e alcavalas que oneram os produtos animais e o estabelecimento de uma rede de assistência veterinária eficiente, alargando, para o efeito, o quadro técnico da Junta-Geral do Distrito.

Ainda se torna indispensável instalar matadouros e talhos com vista à valorização dos produtos e subprodutos, os quais devem ser pagos, bem como o leite, segundo a qualidade.

RÉSUMÉ

Le bétail de l'île de Madère est insuffisant pour satisfaire les nécessités de la population.

Tous les efforts devront être dirigés vers le développement de la productivité unitaire des animaux.

Incrementer la production fourragère, faciliter aux agriculteurs toutes les facilités pour l'aquisition d'aliments et créer un Centre Zootéchnique, ce sont des moyens à utiliser.

Est aussi indispensable réduire les taux que incident sur les produits, monter une plus efficiente assistance vétérinaire et installer des abattoirs capables.

Le lait et la chair devront être valorisés, en les payant d'accord sa qualité.

SUMMARY

The cattle-raising effectives of Madeira Island does satisfy, neither quantitative nor qualitatively, the necessity of the population.

It is principally to increase the unity productive that is urgent to realize the greatest efforts.

For it, it has to develop a politics increment of the foroge production, to concede facilities to the farming in the meaning to facilitate rations acquisition, to install in the Island a Zootechnical Post and to discipline the reproduction posts.

In other way it has to impose reducte taxes that burden with the animal production and establishment of a hammock of veterinary medicine assistance.

Also has to install slaughter houses and pay the quality of the milk and meat.